



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011323-14.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Simone Santos Casolli**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que é cliente do primeiro réu, tendo contraído empréstimo junto ao mesmo que não teve condições de saldar.

Alegou ainda que para repactuar essa dívida a gerente da conta exigiu que fizesse um seguro de vida, o que implicaria a realização de venda casada.

Salientou que depois, em razão de grave problema de saúde que a acometeu, tentou fazer uso de tal seguro, mas foi informada que não dispunha da necessária carência.

Tentou em vão cancelar o seguro, cujo valor passou a ser cobrado de seu marido, até que isso acabou acontecendo.

Almeja à devolução dos valores pagos e ao ressarcimento dos danos morais que teria experimentado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

As preliminares arguidas pelos réus em contestação não merecem acolhimento.

A legitimidade *ad causam* do **BANCO SANTANDER** decorre dos fatos trazidos à colação terem partido de uma gerente ligada a ele, a qual teria obrigado a autora à contratação de um seguro.

Já o comparecimento espontâneo aos autos da **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**, cuja **inclusão na relação processual ora determino**, supre eventual falha sobre o assunto.

Por fim, como a autora foi a pessoa diretamente envolvida em todo o episódio noticiado, ostenta legitimidade para figurar no polo ativo da ação.

Rejeito as prejudiciais, pois.

No mérito, a autora sustenta que ao tentar renegociar dívida que tinha com o primeiro réu foi obrigada a contratar um seguro, prática vedada pelo art. 39 do Código de Defesa do Consumidor.

Como já assinalado a fls. 217, reputo que não estão presentes no caso dos autos os pressupostos do art. 6º, inc. VIII, do referido diploma legal, e nesse contexto o ônus da prova deveria ser distribuído na esteira das regras do art. 333 do Código de Processo Civil.

Assentada essa premissa, reputo que a autora não produziu provas suficientes que dessem respaldo à explicação que apresentou.

A testemunha Ana Paula Monteleone esclareceu que soube dos fatos exclusivamente por intermédio de relatos que ouviu da autora.

Não teve conhecimento direto de nenhum evento envolvendo a contratação forçada do seguro de vida por parte da autora, bem como as tentativas que ela teria feito para cancelá-la.

Nada presenciou sobre isso, sendo informada apenas pela autora sobre tudo o que lhe teria acontecido.

Já Doracina Pereira, diarista que trabalhava duas vezes por semana na casa da autora, da mesma forma deixou claro que nunca viu nenhum contato pessoal da autora com os réus para tratar dos temas questionados.

Ouvia dela reclamações a respeito e somente por três ou quatro vezes a teria visto fazendo ligações telefônicas com o objetivo de cancelar o seguro.

Como nenhum outro elemento de convicção foi amealhado, reputo que o panorama traçado não atua em prol da autora.

Não obstante seja certa a dificuldade em produzir prova em casos afins, é forçoso admitir que seria possível ir além do que foi amealhado pela autora, coligindo-se dados mais concretos sobre o que efetivamente teria acontecido.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como se não bastasse, o largo espaço de tempo havido desde a contratação, ocorrida em dezembro de 2013, e a circunstância da autora confessadamente ter tentado utilizar o seguro (fl. 03, quarto parágrafo) representam pontos que levam à ideia de que o ajuste foi firmado regularmente porque se assim não fosse ela ou de pronto teria tomado medidas objetivas para cessar a situação ou não buscaria fazer uso do mesmo.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, denota que a autora não comprovou satisfatoriamente os fatos constitutivos de seu direito, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**